

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

"O passado recente revela com eloquência como a execução do Plano a Médio Prazo que se esgota este ano, não conduziu à realização de nenhum dos seus objectivos sociais e macro-económicos.

Não se processou qualquer movimento de reestruturação da economia impulsionado pelo governo; as empresas açorianas prosseguem com crescentes dificuldades e progressivamente descapitalizadas, (...) não se operou a dinamização prevista do investimento; estamos muito longe das projecções anunciadas na criação de postos de trabalho; verificou-se um aumento alarmante do desemprego, que continua a crescer (...) diminuíram, drasticamente, os rendimentos das famílias açorianas e expandiram-se as manchas de pobreza; (...) prossegue a

desertificação das ilhas mais frágeis e a desocupação do mundo rural.

Em suma, não fortalecemos a nossa economia, não ajudámos as empresas regionais, não aproveitámos os nossos recursos humanos, e voltámos, de novo, atrás, na melhoria das nossas condições de vida."

O texto que acabo de citar não foi escrito por ninguém do PSD, nem sequer próximo do PSD, mas é de uma corrosiva actualidade e foi absolutamente premonitório. Na verdade, este texto foi escrito, e lido precisamente desta tribuna, pelo Senhor Presidente do Governo.

Acabo de citar Carlos César, numa declaração proferida nesta Assembleia a 9 de Fevereiro de 1996.

O Senhor Presidente do Governo conseguiu resumir claramente aquilo que viria a ser o resultado da sua passagem pela governação dos Açores. Foi, de facto, premonitório!

Ao longo dos últimos anos tivemos a oportunidade de confrontar o Governo com a dura realidade que afecta

2

cada vez, mais famílias Açorianas. Uma realidade que se traduz em hoje os Açores rondarem **o dobro** dos pobres da média nacional, com os valores mais altos do país.

Também aqui, não é o PSD a dizê-lo. São dados de um estudo recentemente apresentado por especialistas na matéria.

Neste âmbito os pensionistas merecem especial atenção.

Veja-se o que se passa no capítulo do apoio aos idosos que recebem pensões de miséria e que representam mais de 75% dos pensionistas dos Açores:

No passado, o PSD propôs que se melhorasse substancialmente o "cheque pequenino" que teima em não crescer para afastar o estigma da pobreza daqueles de deram uma vida inteira à sociedade.

Este ano, voltamos a propor um aumento mais justo do complemento regional de pensão.

Mas o PS entende que não.

3

Mais uma vez o governo fica aquém daquilo que pode e deve fazer, propondo um aumento do complemento regional de pensão que corresponde a um esforço de 0,15% do total da despesa para o próximo ano, o que equivale a um gasto por pensionista de 4,5 euros por mês, mais ou menos 17 cêntimos por dia!

É pouco, e temos obrigação de melhorar substancialmente este valor!

O PSD propõe assim, um aumento de 10 euros mensais neste apoio social. Um aumento que dá para um pensionista quando vai à farmácia, comprar, por exemplo, uma caixa de "*DIOVAN*" que é um medicamento para a tensão, e uma caixa de "*SINGULAIR*" que é um medicamento para a bronquite crónica.

Mas veja-se até onde vai a hipocrisia do Governo:
Para o aumento proposto pelo PSD, que impunha um reforço de 2,4 milhões de euros, o PS e o Governo dizem

4

não, mas são esse mesmo Governo e esse mesmo PS que querem gastar 2,1 milhões de euros com obras nos jardins e nos palácios da Presidência do Governo.

15 anos depois de se gastarem mais de 25 mil milhões de euros, a realidade social ultrapassa qualquer anúncio, os resultados estão aí: o dobro dos pobres da média nacional, a maior taxa de incidência de rendimento mínimo com 18 mil beneficiários, o maior desemprego de sempre com 14 mil desempregados, os mais baixos salários com 31 mil famílias a viver com menos de 540 euros por mês, e para agravar esta realidade, um aumento substancial de pobres que trabalham e que têm emprego, o que é também indicador do insucesso das políticas de qualificação dos Açorianos que não podem, assim, ver melhorar os seus rendimentos.

É caso para perguntar: Para onde foi tanto dinheiro?

Para os bolsos dos Açorianos não foi de certeza! Já para

uma empresa espanhola sabemos que irá, e já nem vou lembrar os milhões gastos em discotecas e em cocktails que, pela mão do Senhor Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, não resultaram em melhores Açores, nem em mais riqueza para os Açorianos.

E se estes factos demonstram ausência de coesão económica e social, não é menor a falta de resultados na promoção da coesão territorial.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

No passado quiseram-nos confundir com a falta de estatísticas sobre a desertificação das ilhas mais frágeis e a que, só por ironia, podem chamar "da coesão", contudo, a realização dos censos de 2011 vieram demonstrar uma triste realidade.

As chamadas ilhas da coesão perderam, nos últimos 10 anos, um total de 5,3% da sua população, e é com extrema mágoa que verifico que nelas se destaca a ilha Graciosa, com uma quebra de 8,1% de população residente.

Mas se isto impressiona até o Governo Regional, ao ponto de anunciarem (mais um anúncio) o Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, o já famoso PECA, qual é a resposta que o Governo dá a esta preocupante realidade?

A resposta é esta: uma quebra de investimento de 14% para 2012!!

Se para a totalidade do Plano há uma contracção de 5,2%, a verdade é que para as ilhas da coesão a redução é três vezes superior.

De repente, o Governo riscou do PECA o "A" de Açores e tornou-o num PEC. Um verdadeiro plano de austeridade para as ilhas da coesão!

(Nem quero pensar que seja por haver cada vez menos eleitores nessas ilhas!)

Em ilhas com acelerado processo de desertificação, o Governo apresenta um plano que corta 13% em Santa Maria, 10% na Graciosa, 14% nas Flores e, pasme-se, 22% na ilha de S. Jorge.

Se a coesão económica e social são cada vez mais virtuais, a coesão territorial arrisca-se a nem sequer ser já uma miragem.

Não podemos continuar a fazer de conta que esta realidade de 1 em cada 3 famílias açorianas viverem abaixo do limiar da pobreza não faz parte das responsabilidades de quem nos governa há mais de 15 anos, em que as ilhas mais frágeis vêm fugir os seus jovens, em que cada vez mais Açorianos engrossam as fileiras do desemprego e em que a mobilidade e as acessibilidades teimam em isolar e em separar os açorianos.

Os Açores precisam de um novo rumo, de novas políticas e de uma renovada esperança.

Disse.

Horta, sala de sessões, 29 de Novembro de 2011